

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	39
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>175.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	4.029.493	3.971.797
1.01	Ativo Circulante	416.311	409.480
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	263.768	252.493
1.01.03	Contas a Receber	123.455	124.461
1.01.03.01	Clientes	123.455	124.461
1.01.03.01.01	Contas a receber	122.288	123.302
1.01.03.01.02	Contas a receber com Partes relacionadas	1.167	1.159
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.961	6.023
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.961	6.023
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.951	6.152
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20.176	20.351
1.01.08.03	Outros	20.176	20.351
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.585	4.583
1.01.08.03.02	Outros créditos	194	167
1.01.08.03.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	14.919	15.397
1.01.08.03.04	Adiantamento a fornecedores	478	204
1.02	Ativo Não Circulante	3.613.182	3.562.317
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.404.927	1.349.160
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	938	964
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.148	1.060
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.402.841	1.347.136
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais e outras	2.367	2.481
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	1.235.279	1.190.328
1.02.01.09.05	Outros créditos	0	8
1.02.01.09.06	Contas a Receber com Operações de Derivativos	165.175	154.299
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	20	20
1.02.03	Imobilizado	88.159	91.874
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	71.958	77.749
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	16.201	14.125
1.02.04	Intangível	2.120.096	2.121.283
1.02.04.01	Intangíveis	2.120.096	2.121.283

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	4.029.493	3.971.797
2.01	Passivo Circulante	1.559.056	882.885
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.401	15.023
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.891	2.101
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	15.510	12.922
2.01.02	Fornecedores	30.083	33.854
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.034	33.763
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	49	91
2.01.03	Obrigações Fiscais	57.713	94.720
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	48.091	85.034
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	39.675	76.571
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	8.416	8.463
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9.622	9.686
2.01.03.03.02	ISS a recolher	9.622	9.686
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.322.832	602.805
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.130	13.773
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.130	13.773
2.01.04.02	Debêntures	1.316.702	589.032
2.01.05	Outras Obrigações	92.380	87.150
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	31.489	19.106
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	31.489	19.106
2.01.05.02	Outros	60.891	68.044
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.719	2.719
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	5.470	5.988
2.01.05.02.07	Contas a pagar com operações de derivativos	52.702	59.337
2.01.06	Provisões	38.647	49.333
2.01.06.02	Outras Provisões	38.647	49.333
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	38.647	49.333
2.02	Passivo Não Circulante	1.833.639	2.601.528
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.363.279	2.140.198
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	154.180	161.862
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	154.180	161.862
2.02.01.02	Debêntures	1.209.099	1.978.336
2.02.02	Outras Obrigações	291.377	282.338
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	269.217	269.217
2.02.02.02	Outros	22.160	13.121
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	11.239	11.558
2.02.02.02.06	Contas a pagar com Operações de Derivativos	10.921	1.563
2.02.03	Tributos Diferidos	145.637	145.168
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	145.637	145.168
2.02.04	Provisões	33.346	33.824
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.595	31.049
2.02.04.01.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	32.595	31.049
2.02.04.02	Outras Provisões	751	2.775
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	751	2.775

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2.03	Patrimônio Líquido	636.798	487.384
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	240.634	240.634
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	191.284	191.284
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	149.414	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	501.410	457.833
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-168.016	-152.303
3.02.01	Custo de construção	-31.329	-18.787
3.02.02	Provisão de manutenção	-3.639	-7.404
3.02.03	Depreciação e amortização	-41.698	-39.545
3.02.04	Custo de outorga	-47.496	-46.747
3.02.05	Serviços	-18.864	-13.501
3.02.06	Custo com pessoal	-16.938	-15.344
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-4.401	-4.328
3.02.08	Outros	-3.651	-6.647
3.03	Resultado Bruto	333.394	305.530
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-25.711	-20.083
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.252	-20.544
3.04.02.01	Serviços	-13.703	-12.364
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-5.019	-5.262
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-173	-172
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-1.182	-1.352
3.04.02.05	Outros	-6.175	-1.394
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	668	478
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-127	-17
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	307.683	285.447
3.06	Resultado Financeiro	-82.014	-84.439
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	225.669	201.008
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-76.255	-68.053
3.08.01	Corrente	-75.786	-67.685
3.08.02	Diferido	-469	-368
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	149.414	132.955
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	149.414	132.955
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,85379	0,75974
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,85379	0,75974

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	149.414	132.955
4.03	Resultado Abrangente do Período	149.414	132.955

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	190.519	187.673
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	290.671	273.610
6.01.01.01	Lucro líquido do período	149.414	132.955
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	469	368
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	1.148	1.182
6.01.01.04	Depreciação e amortização	42.880	40.897
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	128	18
6.01.01.07	Juros e var.monet.s/debêntures, emprest. e financ.	65.197	88.329
6.01.01.09	Juros e vari.monet. s/mútuo c/partes relacion.	8.784	9.425
6.01.01.11	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-205	-121
6.01.01.12	Provisão para riscos trabalhistas tributários e previdenciários	3.424	2.331
6.01.01.13	Constituição(reversão) da provisão de manutenção	3.639	7.679
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1.116	1.720
6.01.01.15	Capitalização de custo de empréstimos	-3.046	-2.587
6.01.01.16	Resultado de operações com derivativos	17.723	-8.586
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-100.152	-85.937
6.01.02.01	Contas a receber com clientes	1.219	-724
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-96	-2.732
6.01.02.03	Tributos a recuperar	2.062	3.950
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.322	-37.916
6.01.02.05	Despesas antecipadas e outorga fixa	-46.101	2.223
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	-274	0
6.01.02.07	Fornecedores	-3.771	-1.715
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	296	-544
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	2.378	1.950
6.01.02.10	Impostos e contrib. a recolher e parcelados e provisão para impostos	71.692	58.608
6.01.02.11	Pagamento de IR e CS	-108.699	-100.361
6.01.02.12	Obrigações com o Poder concedente	0	-45
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-17.465	-5.258
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-837	-2.225
6.01.02.15	Pagamento para provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-1.878	-1.148
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-31.757	-22.471
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-3.884	-1.559
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-27.873	-20.912
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-147.487	-162.920
6.03.01	Liquidação de Operações com Derivativos	-5.665	0
6.03.02	Emprest., financ. e debêntures - pagamento de principal	-128.299	-131.972
6.03.03	Emprest., financ. e debêntures - pagamento de juros	-13.523	-30.948
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	11.275	2.282
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	252.493	89.442
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	263.768	91.724



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	240.634	0	0	487.384
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	240.634	0	0	487.384
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	149.414	0	149.414
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	149.414	0	149.414
5.07	Saldos Finais	246.750	0	240.634	149.414	0	636.798

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	460.840	0	0	707.590
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	460.840	0	0	707.590
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	132.955	0	132.955
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	132.955	0	132.955
5.07	Saldos Finais	246.750	0	460.840	132.955	0	840.545

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
7.01	Receitas	543.353	496.737
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	540.307	494.150
7.01.02	Outras Receitas	3.046	2.587
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-80.703	-63.564
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-25.718	-23.510
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.017	-13.863
7.02.04	Outros	-34.968	-26.191
7.02.04.01	Custo de construção	-31.329	-18.787
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-3.639	-7.404
7.03	Valor Adicionado Bruto	462.650	433.173
7.04	Retenções	-42.880	-40.897
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.880	-40.897
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	419.770	392.276
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	226.190	49.802
7.06.02	Receitas Financeiras	226.190	49.802
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	645.960	442.078
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	645.960	442.078
7.08.01	Pessoal	19.718	18.323
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.918	12.572
7.08.01.02	Benefícios	4.833	4.817
7.08.01.03	F.G.T.S.	663	669
7.08.01.04	Outros	304	265
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	118.023	107.397
7.08.02.01	Federais	92.234	83.350
7.08.02.02	Estaduais	204	200
7.08.02.03	Municipais	25.585	23.847
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	358.805	183.403
7.08.03.01	Juros	310.937	136.349
7.08.03.02	Aluguéis	370	307
7.08.03.03	Outras	47.498	46.747
7.08.03.03.01	Direito de Outorga	47.498	46.747
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	149.414	132.955
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	149.414	132.955

## Comentário do Desempenho

### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

#### Janeiro a Março/2017

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1T16.

#### 1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 470,1 milhões (+7,1%);
- O EBIT atingiu R\$ 307,7 milhões (+7,8%) e a margem EBIT 61,4% (-1,0 p.p);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 355,3 milhões (+6,1%) e a margem EBITDA ajustada 75,6% (-0,7 p.p);
- O lucro líquido atingiu R\$ 149,4 milhões (12,3%);

<b>Indicadores (R\$ MM)</b>	<b>1T17</b>	<b>1T16</b>	<b>Var.%</b>
Receita Líquida Operacional*	470,1	439,0	7,1%
EBIT	307,7	285,5	7,8%
<i>Margem EBIT</i>	61,4%	62,4%	-1,0 p.p.
EBITDA (ajustado)	355,3	335,0	6,1%
<i>Margem EBITDA (ajustada)</i>	75,6%	76,3%	-0,7 p.p.
Lucro Líquido	149,4	133,0	12,3%

\*Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos.

#### 1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq<sup>1</sup>)

<b>Em unid. (Veq<sup>1</sup>)</b>	<b>1T17</b>	<b>1T16</b>	<b>Var.%</b>
Veículos de Passeio (Eq)	30.027.418	30.473.942	-1,5%
Veículos Comerciais (Eq)	33.092.132	34.144.931	-3,1%
Veículos Equivalentes	63.119.550	64.618.873	-2,3%

(Veq<sup>1</sup>) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

#### Tráfego consolidado (-2,3%)

O tráfego consolidado apresentou uma redução de 2,3% sobre o mesmo período de 2016.

## Comentário do Desempenho

### Veículos de passeio (-1,5%)

A categoria apresentou uma redução de 1,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

### Veículos comerciais (-3,1%)

A categoria apresentou uma redução de -3,1% no 1T17 em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido à conjuntura econômica.

### 1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Vide Contexto operacional.

### 1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

<b>Receita Bruta Operacional (R\$ mil)</b>	<b>1T17</b>	<b>1T16</b>	<b>Var.%</b>
Receita de Pedágio	502.243	469.463	7,0%
Receitas Acessórias	6.735	5.900	14,2%
<b>Receita Bruta Operacional Total</b>	<b>508.978</b>	<b>475.363</b>	<b>7,1%</b>

<b>Receita Bruta de Construção (R\$ mil)</b>	<b>1T17</b>	<b>1T16</b>	<b>Var.%</b>
<b>Total</b>	<b>31.329</b>	<b>18.787</b>	<b>66,8%</b>

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a receita e o custo de construção de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR AutoBAn, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

No 1T17 os principais investimentos realizados pela companhia foram as implantações: do Complexo Jundiá e da 3ª faixa do km 128 ao 138, na Rodovia Anhanguera; da faixa adicional do km 50+800 ao 53+700, pista Norte, do km 87+600 ao 89+000 pista Sul e km 55+496 ao 60+160 da pista sul, na Rodovia dos Bandeirantes.

### Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 1T17 (conforme demonstrado no quadro 1.1) é 7,1% maior do que o mesmo período do ano anterior.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 7,65% sobre a receita operacional bruta, totalizaram o valor de R\$ 38,9 milhões.

### Custos e despesas totais

## Comentário do Desempenho

<b>Custos (R\$ mil)</b>	<b>1T17</b>	<b>1T16</b>	<b>Var.%</b>
Custo de Construção	31.329	18.787	66,8%
Provisão de Manutenção	3.639	7.404	-50,9%
Depreciação e Amortização	42.880	40.897	4,8%
Custo da Outorga	47.498	46.747	1,6%
Serviços de Terceiros	32.567	25.865	25,9%
Pessoal	21.957	20.606	6,6%
Materiais, Equipamentos e Veículos	4.574	4.500	1,6%
Outros	9.283	7.580	22,5%
<b>Custos Totais</b>	<b>193.727</b>	<b>172.386</b>	<b>12,4%</b>

**Custo de construção:** Os custos de construção sofreram um aumento de 66,8% no 1T17 comparado ao 1T16. Esta alteração reflete o cronograma de investimentos do período, principalmente pela implantação do Complexo Jundiá.

**Provisão de manutenção:** A provisão de manutenção sofreu uma redução 50,9% no 1T17, refletindo os ciclos de manutenção programada da companhia.

**Depreciação e amortização:** O aumento das despesas no 1T17, em comparação ao 1T16 se deve ao início da depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 2T16 e o 1T17.

**Custo da outorga:** Este grupo de custos é impactado pela outorga variável, bem como o reajuste da outorga fixa incorrido em julho de 2016.

**Serviços de Terceiros:** Os valores do 1T17 estão 25,9% superiores ao 1T16, principalmente em razão da variação dos custos com serviços de Tecnologia da Informação e serviços de Gerenciamento de Obras, que está relacionado diretamente ao nível de investimentos realizados.

**Materiais, Equipamentos e Veículos:** Os valores do 1T17 estão 1,6% superiores ao 1T16.

**Outros:** Os valores do 1T17 estão 22,5% superiores ao 1T16, principalmente pela reversão de provisões.

## EBITDA

## Comentário do Desempenho

<b>Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)</b>	<b>1T17</b>	<b>1T16</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	149,4	133,0	12,3%
(+) IR/CS	76,3	68,1	12,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	82,0	84,4	-2,8%
(+) Depreciação e Amortização	42,9	40,9	4,9%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>350,6</b>	<b>326,4</b>	<b>7,4%</b>
<b>Margem EBITDA (a)</b>	<b>69,9%</b>	<b>71,3%</b>	<b>-1,4 p.p.</b>
(+) Despesas antecipadas (b)	1,1	1,2	-8,3%
(+) Provisão de Manutenção (c)	3,6	7,4	-51,4%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>355,3</b>	<b>335,0</b>	<b>6,1%</b>
<b>Margem EBITDA ajustada (d)</b>	<b>75,6%</b>	<b>76,3%</b>	<b>-0,7 p.p.</b>

## EBIT

<b>Reconciliação EBIT (R\$ MM)</b>	<b>1T17</b>	<b>1T16</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	149,4	133,0	12,3%
(+) IR/CS	76,3	68,1	12,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	82,0	84,4	-2,8%
<b>EBIT (a)</b>	<b>307,7</b>	<b>285,5</b>	<b>7,8%</b>
<b>Margem EBIT (a)</b>	<b>61,4%</b>	<b>62,4%</b>	<b>-1,0 p.p.</b>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas Receitas Líquidas Operacionais, o que exclui as receitas de construção.

## Resultado financeiro líquido

## Comentário do Desempenho

<b>Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)</b>	<b>1T17</b>	<b>1T16</b>	<b>Var.%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>308,2</b>	<b>134,1</b>	<b>129,8%</b>
Juros e Variações Monetárias	72,9	88,3	-17,4%
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	2,0	0,0	100,0%
Juros e variações monetárias sobre mútuos	8,8	9,4	-6,4%
Perda com operações de derivativos	126,9	13,3	854,1%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1,1	1,7	-35,3%
Capitalização de custos dos empréstimos	-3,0	-2,6	15,4%
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	98,6	23,1	326,8%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	0,9	0,9	0,0%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>-226,2</b>	<b>-49,8</b>	<b>354,2%</b>
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-9,8	0,0	100,0%
Ganho com operações de derivativos	-128,9	-36,3	255,1%
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	-78,8	-8,7	805,7%
Rendimento sobre aplicações financeiras	-8,0	-4,4	81,8%
Juros e outras receitas financeiras	-0,7	-0,4	75,0%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>82,0</b>	<b>84,3</b>	<b>-2,7%</b>

O Resultado Financeiro Líquido no 1T17 variou -2,7% comparado com o 1T16, principalmente pela variação dos indexadores das dívidas e amortização de parte do endividamento, mesmo considerando a realização de captações em abril e novembro de 2016.

### 2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

### 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

<b>Total de Acidentes (un)</b>	<b>1T17</b>	<b>1T16</b>	<b>Var.%</b>
Total de acidentes	1.542	1.533	0,6%
Total de vítimas	968	869	11,4%

#### A Diretoria.



## Notas Explicativas

### Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2017

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 18 de abril de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
  - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira.
  - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124.
  - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira.
  - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira.
  - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba.
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21. Recuperação do trevo do km 62.
  
- Na Rodovia dos Bandeirantes:
  - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira.
  - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas.
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km (2,7 km da margem esquerda e 3,2 km da margem direita) das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

## Notas Explicativas

### Outras informações relevantes

#### i. Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela AutoBAN, solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a AutoBAN foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAN apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1040370-54.2014.8.26.0053 contra a AutoBAN pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 16/06.

A AutoBAN ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1030436-72.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 16/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Após ter sido negada a produção de prova pericial nas ações, foi proferida sentença julgando procedente o pedido formulado na ação do Estado e da ARTESP, e julgando improcedente o pedido formulado na ação da AutoBAN. Contra essa sentença, a AutoBAN apresentou Embargos de Declaração que foram rejeitados pelo Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. A AutoBAN apresentou recurso de apelação em 05 de outubro de 2015. Em 15 de março de 2016, foi proferido despacho (i) recebendo o recurso de apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo, (ii) abrindo vistas ao Estado e à ARTESP para apresentar contrarrazões e (iii) determinando o encaminhamento dos autos ao Tribunal de Justiça de São Paulo após o cumprimento das duas providências anteriores.

Tal recurso seria julgado em 06 de fevereiro de 2017. Porém, em 31 de janeiro de 2017, a Companhia apresentou pedido de tutela de urgência ao Superior Tribunal de Justiça para suspender o julgamento de tal recurso de apelação até que se decidisse a questão sobre provas pelos Tribunais Superiores. Em 03 de fevereiro de 2017, o Superior Tribunal de Justiça - STJ deferiu parcialmente o pedido liminar, determinando a suspensão, por ora, do julgamento da apelação interposta pela AutoBAN, até que haja manifestação pelo Estado e ARTESP quando então o ministro relator examinará se o pedido liminar concedido será ou não mantido. Em 06 de fevereiro, a 5ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo acatou tal decisão proferida pelo STJ e não julgou o mérito. Por outro lado, a 5ª Câmara declinou de sua competência para julgar a apelação da AutoBAN, determinando a remessa do recurso à 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo. Contra essa decisão, a AutoBAN e o Estado de São Paulo apresentaram embargos de declaração requerendo seja reconhecida a competência da 5ª Câmara para processar e julgar o recurso de apelação. Aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração apresentados pelas partes. No Superior Tribunal de Justiça, o Estado e a ARTESP já apresentaram manifestação quanto à liminar que determinou a suspensão do julgamento do recurso de apelação e esta permanece em vigor.

A AutoBAN propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº0019925-66.2013.8.26.0053 que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 08 de outubro de 2014 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 20 de fevereiro de 2015, a Concessionária interpôs recurso de apelação, que teve o seu provimento negado em acórdão publicado em 31 de maio de 2016. Ambas as partes interpuseram Recursos às instâncias superiores. Os Recursos Especial e Extraordinário

## Notas Explicativas

interpostos pela AutoBAN foram inadmitidos e, em 06 de abril de 2017 a AutoBAN interpôs Recurso de Agravo Denegatório de Recurso Especial e Recurso Extraordinário.

### ii. Reajuste 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014 a Concessionária propôs Ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer, tombada sob o nº 1026956-86.2014.8.26.0053, visando a aplicação do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença que julgou a ação procedente. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela AutoBAN, bem como pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Os embargos de declaração opostos pela AutoBAN foram providos para reconhecer que esta ação não está sujeita à Suspensão de Liminar concedida pelo Órgão Especial do TJSP ao Estado de SP. Em junho de 2015 o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos de apelação, que foram levados à apreciação da Câmara julgadora em 04 de outubro de 2016, tendo sido o julgamento desses recursos convertido em diligência, para que seja realizada prova pericial destinada a apurar se está correto o índice de atualização monetária aplicado pelo Estado às tarifas cobradas pela AutoBAN, por ocasião do reajuste de 2014. Contra essa decisão a AutoBAN opôs embargos de declaração, que foram rejeitados em 04 de abril de 2017.

### Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Em 16 de abril de 2016, foi celebrado o 26º Termo Aditivo Modificativo (TAM) ao Contrato de Concessão, firmado entre a AutoBAN e o Poder Concedente. O referido TAM tem por objeto a implantação das obras do Complexo Jundiaí da SP330 (Jundiaí) e a implantação de dispositivos de acesso, com investimentos de R\$ 227.969. Para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o prazo da concessão foi estendido por 3 meses e 17 dias.

## 2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 10 de maio de 2017.

## Notas Explicativas

### 3. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### 4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 31 de março de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 1.142.745, substancialmente composto por debêntures, detalhadas na nota explicativa nº 14. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	11.184	7.913
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>252.584</u>	<u>244.580</u>
	<u>263.768</u>	<u>252.493</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,87% do CDI, equivalente a 12,68% ao ano (13,78% ao ano em 31 de dezembro de 2016).

### 7. Contas a receber

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias (a)	1.731	2.012
Pedágio eletrônico (b)	<u>120.898</u>	<u>121.836</u>
	122.629	123.848
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(341)</u>	<u>(546)</u>
	<u>122.288</u>	<u>123.302</u>

### Idade de vencimentos dos títulos em aberto

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos a vencer	122.133	122.936
Créditos vencidos até 60 dias	111	334
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	44	32
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	68	164
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>273</u>	<u>382</u>
	<u>122.629</u>	<u>123.848</u>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;

## Notas Explicativas

- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;  
e
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

### 8. Imposto de renda e contribuição social

#### a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	225.669	201.008
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(76.727)	(68.343)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(71)	(66)
Despesas indedutíveis	(202)	(176)
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	847	544
Outros ajustes tributários	<u>(102)</u>	<u>(12)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(76.255)</u>	<u>(68.053)</u>
Impostos correntes	(75.786)	(67.685)
Impostos diferidos	<u>(469)</u>	<u>(368)</u>
	<u>(76.255)</u>	<u>(68.053)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,79%</u>	<u>33,86%</u>

## Notas Explicativas

### b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Efeito ativo</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	99.889	106.354
Valor justo de operações com derivativos	91.214	59.787
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	11.084	10.557
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	217	277
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.958	1.548
Outros	1.567	1.782
	<u>205.929</u>	<u>180.305</u>
<b>Efeito passivo</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(212.379)	(216.256)
Valor justo de operações com derivativos	(94.406)	(64.050)
Ganho nas operações de derivativos	(35.420)	(38.449)
Outros	(9.361)	(6.718)
	<u>(351.566)</u>	<u>(325.473)</u>
<b>Passivo diferido líquido</b>	<u>(145.637)</u>	<u>(145.168)</u>

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do RTT).

### 9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	<u>Início da concessão (1)</u>					
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>				
Circulante	<u>4.585</u>	<u>4.583</u>				
	<u>Início da concessão (1)</u>		<u>Extensão do prazo da concessão (2)</u>		<u>Total</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Não Circulante	<u>41.645</u>	<u>42.793</u>	<u>1.193.634</u>	<u>1.147.535</u>	<u>1.235.279</u>	<u>1.190.328</u>

- (1) A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamento ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e à indenização de contratos subrogados. Tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo da concessão.

### 10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

**Notas Explicativas**

	Transações				Saldos		
					Ativo	Passivo	
	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras	Contas a receber	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
<b>Controladora</b>							
CCR (a)	5.249	-	-	-	7	-	1.646
<b>Outras partes relacionadas</b>							
CPC (b)	13.215	-	397	-	153	-	4.201
RodoAnel Oeste (c)	-	-	-	8.784	-	284.291	-
RodoNorte (f)	-	-	-	-	-	-	2
Serveng Cívilsan (d)	-	-	-	-	-	-	5.785
Samm (e)	-	-	354	-	2.155	-	-
Camargo Correa (g)	-	21.249	-	-	-	-	4.781
Total circulante, 31 de março de 2017					1.167	15.074	16.415
Total não circulante, 31 de março de 2017					1.148	269.217	-
Total, 31 de março de 2017	18.464	21.249	751	8.784	2.315	284.291	16.415
Total, 31 de dezembro de 2016					2.219	275.507	12.816
Total, 31 de março de 2016	12.735	-	683	9.424			

**Despesas com profissionais chave da administração:**

	31/03/2017	31/03/2016
Remuneração: (h)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	587	564
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	285	1.053
Previdência privada	-	15
Seguro de vida	1	1
	<u>873</u>	<u>1.633</u>

**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:**

	31/03/2017	31/12/2016
Remuneração dos administradores (h)	1.503	1.267

Na AGO realizada em 11 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.700, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal;

## Notas Explicativas

- (d) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, cujos pagamentos ocorrem até o 10º dia do mês seguinte;
- (e) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação;
- (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (g) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a implantação de novo sistema viário para acesso ao município de Jundiá, no valor total de R\$ 125.962, com vigência de 16 de maio de 2016 a 30 de outubro de 2018. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor;
- (h) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas;

### 11. Ativo imobilizado

#### Movimentação do custo

	31/12/2016		31/03/2017		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.079	-	-	(3)	3.076
Máquinas e equipamentos	51.124	-	(14)	37	51.147
Veículos	17.151	-	-	1.019	18.170
Equipamentos operacionais	143.700	-	(209)	624	144.115
Imobilizações em andamento	14.125	4.231	-	(2.155)	16.201
	<u>229.179</u>	<u>4.231</u>	<u>(223)</u>	<u>(478)</u>	<u>232.709</u>
	31/12/2015		31/03/2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.089	-	(9)	-	3.080
Máquinas e equipamentos	49.338	-	(54)	310	49.594
Veículos	16.642	-	-	(23)	16.619
Equipamentos operacionais	135.368	-	(20)	4.290	139.638
Imobilizações em andamento	15.696	1.920	-	(7.731)	9.885
	<u>220.133</u>	<u>1.920</u>	<u>(83)</u>	<u>(3.154)</u>	<u>218.816</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 347 no trimestre findo em 31 de março de 2017 (R\$ 361 no 1º trimestre de 2016). A taxa média de capitalização no 1º trimestre de 2017 foi de 0,60% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,66% a.m. no 1º trimestre de 2016.

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.



## Notas Explicativas

### Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2016		31/03/2017	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(1.729)	(56)	-	(1.785)
Máquinas e equipamentos	13	(24.153)	(1.427)	13	(25.567)
Veículos	22	(11.236)	(799)	-	(12.035)
Equipamentos operacionais	11	(100.187)	(5.058)	82	(105.163)
		<u>(137.305)</u>	<u>(7.340)</u>	<u>95</u>	<u>(144.550)</u>
		31/12/2015		31/03/2016	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(1.518)	(58)	8	(1.568)
Máquinas e equipamentos	16	(18.567)	(1.462)	44	(19.985)
Veículos	27	(8.314)	(780)	-	(9.094)
Equipamentos operacionais	25	(79.991)	(5.306)	13	(85.284)
		<u>(108.390)</u>	<u>(7.606)</u>	<u>65</u>	<u>(115.931)</u>

## 12. Ativos Intangíveis

### Movimentação do custo

	31/12/2016		31/03/2017		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	3.105.271	33.635	-	3.138.906	
Direitos de uso de sistemas informatizados	12.798	240	478	13.516	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.355	-	-	5.355	
	<u>3.123.424</u>	<u>33.875</u>	<u>478</u>	<u>3.157.777</u>	
		31/12/2015		31/03/2016	
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	2.991.041	20.861	(1)	3.011.901	
Direitos de uso de sistemas informatizados	11.444	-	3.123	14.567	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.266	-	32	5.298	
	<u>3.007.751</u>	<u>20.861</u>	<u>3.154</u>	<u>3.031.766</u>	

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 2.699 no trimestre findo em 31 de março de 2017 (R\$ 2.226 no 1º trimestre de 2016). A taxa média de capitalização no 1º trimestre de 2017 foi de 0,60% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,66% a.m. no 1º trimestre de 2016.

(b) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

## Notas Explicativas

### Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização	31/12/2016		31/03/2017	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(988.384)	(35.067)	(1.023.451)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(8.729)	(416)	(9.145)	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.028)	(57)	(5.085)	
		<u>(1.002.141)</u>	<u>(35.540)</u>	<u>(1.037.681)</u>	
		31/12/2015		31/03/2016	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(844.734)	(32.656)	(877.390)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(7.264)	(460)	(7.724)	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(4.404)	(175)	(4.579)	
		<u>(856.402)</u>	<u>(33.291)</u>	<u>(889.693)</u>	

### 13. Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Vencimento Final	31/03/2017	31/12/2016
<b>Em moeda nacional</b>						
1. BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	2,1566% (a)	535	Fevereiro de 2017	-	7.017 (c)
1. BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	Fevereiro de 2017	-	661 (c)
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a.a.	N/I	-	Julho de 2017	20	34 (d)
<b>Subtotal em moeda nacional</b>					<u>20</u>	<u>7.712</u>
<b>Em moeda estrangeira</b>						
Merrill Lynch (b)	LIBOR 3M +2,60% a.a	N/I	-	Abril de 2018	160.290	167.923 (e)
<b>Subtotal em moeda estrangeira</b>					<u>160.290</u>	<u>167.923</u>
<b>Total geral</b>					<u>160.310</u>	<u>175.635</u>
					<b>31/03/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Circulante</b>						
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil					<u>6.130</u>	<u>13.773</u>
<b>Não Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos					<u>154.180</u>	<u>161.862</u>

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.
- (b) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de swap, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa n° 20 para maiores detalhes).

#### Garantias:

- (c) Fiança bancária.
- (d) Garantia real.
- (e) Não existem garantias.

## Notas Explicativas

### Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>31/03/2017</u>
2018	(154.180)

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste trimestre findo em 31 de março de 2017, ocorreu a seguinte operação abaixo descrita:

- Em 15 de fevereiro de 2017, ocorreu a liquidação total do financiamento.

### 14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 31/03/2017	Vencimento Final	31/03/2017	31/12/2016
4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1217% (b)	4.151	110	Setembro de 2017	242.578	363.862 (e)
4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	2,8172% (a)	1.100	82	Outubro de 2017	182.464	177.549 (e)
4a Emissão - (Notas promissórias)	106,50% do CDI	0,0788% (b)	735	525	Janeiro de 2018	839.371	812.898 (e)
5a Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	5,3598% (a)	9.147	3.160	Outubro de 2018	587.962	565.823 (e)
6a Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	5,7635% (a)	7.650	4.221	Outubro de 2019	463.493	442.323 (e)
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	209.933	204.913 (e)
<b>Total geral</b>				<b>8.098</b>		<b>2.525.801</b>	<b>2.567.368</b>
<b>Circulante</b>							
Debêntures e notas promissórias						1.320.944	593.478
Custos de transação						(4.242)	(4.446)
						<b>1.316.702</b>	<b>589.032</b>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures e notas promissórias						1.212.955	1.983.145
Custos de transação						(3.856)	(4.809)
						<b>1.209.099</b>	<b>1.978.336</b>

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº. 20.
- A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

#### Garantias:

- Não existem garantias.

**Notas Explicativas****Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>31/03/2017</u>
2018	586.355
2019	<u>626.600</u>
	<u><u>1.212.955</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não há cláusula de repactuação.

**15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2016</u>		<u>31/03/2017</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo final</u>
<b>Não circulante</b>						
Cíveis	4.983	94	(120)	-	184	5.141
Trabalhistas e previdenciários	4.766	899	(717)	-	163	5.111
Tributários	21.300	310	-	-	733	22.343
	<u>31.049</u>	<u>1.303</u>	<u>(837)</u>	<u>-</u>	<u>1.080</u>	<u>32.595</u>
	<u>31/12/2015</u>		<u>31/03/2016</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo final</u>
Movimento em 2016	<u>27.259</u>	<u>1.296</u>	<u>(194)</u>	<u>(965)</u>	<u>1.046</u>	<u>28.442</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no trimestre findo em 31 de março de 2017, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 1.362 e R\$ 516, respectivamente (R\$ 98 e R\$ 85 respectivamente em 31 de março de 2016).

A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

**Notas Explicativas**

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cíveis	6.737	19.616
Trabalhistas e previdenciários	3.051	2.413
Tributárias	875	1.171
	<u>10.663</u>	<u>23.200</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de março de 2017, é de R\$ 94.019.

**16. Provisão de manutenção**

	<u>31/12/2016</u>		<u>31/03/2017</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/ reversão de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	49.333	3.445	1.047	(17.465)	2.287	38.647
Não circulante	2.775	194	69	-	(2.287)	751
	<u>52.108</u>	<u>3.639</u>	<u>1.116</u>	<u>(17.465)</u>	<u>-</u>	<u>39.398</u>
	<u>31/12/2015</u>		<u>31/03/2016</u>			
Circulante	39.501	3.799	945	(5.258)	18.752	57.739
Não circulante	30.766	3.880	775	-	(18.752)	16.669
	<u>70.267</u>	<u>7.679</u>	<u>1.720</u>	<u>(5.258)</u>	<u>-</u>	<u>74.408</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2016 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29%, 15,77% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

**17. Patrimônio líquido****Lucro por ação básico e diluído**

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do período	149.414	132.955
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações - em milhares	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	<u>0,85379</u>	<u>0,75974</u>

**Notas Explicativas****18. Receitas**

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receitas de pedágio	502.243	469.463
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	31.329	18.787
Receitas acessórias	6.735	5.900
<b>Receita bruta</b>	<u>540.307</u>	<u>494.150</u>
Impostos sobre receitas	(38.885)	(36.315)
Abatimentos	(12)	(2)
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<u>(38.897)</u>	<u>(36.317)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u>501.410</u>	<u>457.833</u>

**19. Resultado financeiro**

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	(57.401)	(47.521)
Juros sobre mútuos	(8.784)	(9.425)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	(15.521)	(40.808)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(2.025)	-
Perda com operações de derivativos	(126.925)	(13.300)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.116)	(1.720)
Capitalização de custos dos empréstimos	3.046	2.587
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	(98.551)	(23.133)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(927)	(921)
	<u>(308.204)</u>	<u>(134.241)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	9.750	-
Ganho com operações de derivativos	128.935	36.346
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	78.818	8.673
Rendimento sobre aplicações financeiras	8.020	4.386
Juros e outras receitas financeiras	667	397
	<u>226.190</u>	<u>49.802</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u>(82.014)</u>	<u>(84.439)</u>

**20. Instrumentos financeiros**

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

## Notas Explicativas

### Instrumentos financeiros por categoria

	31/03/2017			31/12/2016		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	252.584	-	-	244.580	-	-
Contas a receber	-	122.288	-	-	123.302	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	2.315	-	-	2.219	-
Contas a receber - operações de derivativos	180.094	-	-	169.696	-	-
<b>Passivos</b>						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(20)	-	-	(7.712)
Empréstimo em moeda estrangeira (a)	(160.290)	-	-	(167.923)	-	-
Debêntures e notas promissórias (a)	(1.233.919)	-	(1.291.882)	(1.185.695)	-	(1.381.673)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(46.792)	-	-	(51.400)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(16.415)	-	-	(12.816)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(284.291)	-	-	(275.507)
Contas a pagar - operações com derivativos	(63.623)	-	-	(60.900)	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	-	-	(2.719)
	<u>(1.025.154)</u>	<u>124.603</u>	<u>(1.639.400)</u>	<u>(1.000.242)</u>	<u>125.521</u>	<u>(1.731.827)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** – A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados *swaps* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value option*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo enquanto a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 157.153, conforme detalhado abaixo:

<u>Taxa contratual da dívida</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
Libor de 3 meses + 2,60% a.a.	124,80% do CDI	157.153

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (B3 e Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom sujo.

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 1.241.615 em 31 de março de 2017, conforme detalhado abaixo.

<u>Série</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
4a Emissão - Série 2	IPCA + 2,71% a.a.	71,80% do CDI	186.174
5a Emissão - Série única	IPCA + 4,88% a.a.	88,75% do CDI	592.355
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	94,86% até 98,9% do CDI	463.086
			<u><u>1.241.615</u></u>

## Notas Explicativas

- (a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 14.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado:** Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e notas promissórias (a) (b)	1.292.517	1.299.169	1.382.576	1.387.832

- (a) Valores brutos do custo de transação.

- (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	31/03/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras	252.584	244.580
Derivativos a receber	116.471	108.796
Empréstimo em moeda estrangeira	(160.290)	(167.923)
Debêntures e notas promissórias	(1.233.919)	(1.185.695)

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, para a totalidade da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:



## Notas Explicativas

SIALC	Contratante	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores de Referência (Nacional) (1)		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado	
					Moeda estrangeira	Moeda local	Moeda local	Moeda local	Moeda local	Moeda local	Moeda local	Moeda local	Moeda local	Moeda local
					31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/03/2016
AutôRes	Merrill Lynch	11/06/2015	15/10/2017 (2)	IPCA + 2,71% a.a.	-	163.122	-	177.750	-	14.920	15.398	-	(478)	659
Posição passiva				71,80% do CDI	-	163.122	-	167.507	-	14.920	15.398	-	(478)	659
Posição ativa	Itaú	11/06/2015	15/10/2018 (2)	IPCA + 4,88% a.a.	-	514.070	-	569.459	-	80.588	77.116	(22.376)	(23.971)	9.533
Posição passiva				88,75% do CDI	-	514.070	-	532.909	-	80.588	77.116	(22.376)	(23.971)	9.533
Posição passiva	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,28% a.a.	-	100.000	-	124.750	-	23.729	21.673	(4.488)	(4.855)	3.564
Posição passiva				98,90% do CDI	-	100.000	-	119.204	-	23.729	21.673	(4.488)	(4.855)	3.564
Posição passiva	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,28% a.a.	-	100.000	-	124.750	-	23.928	21.891	(4.338)	(4.713)	3.510
Posição passiva				97,65% do CDI	-	100.000	-	119.204	-	23.928	21.891	(4.338)	(4.713)	3.510
Posição passiva	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,28% a.a.	-	50.000	-	62.375	-	11.948	10.928	(2.190)	(2.368)	1.760
Posição passiva				97,85% do CDI	-	50.000	-	59.602	-	11.948	10.928	(2.190)	(2.368)	1.760
Posição passiva	Votorantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,28% a.a.	-	130.106	-	152.417	-	24.981	22.690	(6.622)	(6.070)	4.020
Posição passiva				94,86% do CDI	50.000	162.955	-	188.229	-	24.981	22.690	(6.622)	(6.070)	4.020
Posição passiva	Merrill Lynch	26/04/2016	26/04/2018 (2)	USD + Libor 3M + 2,00% a.a.	-	158.420	162.955	169.576	(5.665)	-	-	(34.579)	(18.923)	-
Posição passiva				124,80% do CDI	-	158.420	162.955	188.499	(5.665)	-	-	(34.579)	(18.923)	-
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO</b>					1.215.718	1.220.253	1.166.571	1.082.796	(5.665)	180.094	169.696	(63.623)	(63.900)	23.046
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS ATÉ 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016</b>					-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES</b>					1.215.718	1.220.253	1,166,571	1,082,796	(5,665)	180,094	169,696	(63,623)	(63,900)	23,046

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nominal mencionado é o da tranche vigente.

(2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários em de abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

## Notas Explicativas

### Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Riscos cambiais	(11.321)	-
Riscos de juros	<u>13.331</u>	<u>23.046</u>
<b>Total</b>	<u><u>2.010</u></u>	<u><u>23.046</u></u>

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

### Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Abril de 2018	157.153	Aumento da cotação do USD	-	(39.288)	(78.577)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Abril de 2018	(157.331)	Diminuição da cotação do USD	-	39.333	78.666
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				<u>-</u>	<u>45</u>	<u>89</u>
<b>Moedas em 31/03/2017:</b>		Dólar		3,1684	3,9605	4,7526

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

## Notas Explicativas

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2018 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(6)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	186.174	(7.030)	(8.115)	(9.195)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	592.355	(54.356)	(61.013)	(67.669)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	673.019	(65.291)	(72.875)	(80.459)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	242.688	(14.222)	(17.654)	(21.042)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Janeiro de 2018	839.895	(84.443)	(105.315)	(126.097)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2017	(186.088)	7.249	8.383	9.511
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	(592.355)	54.356	61.013	67.669
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(308.789)	29.950	33.429	36.908
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(153.683)	14.906	16.638	18.369
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	169.883	(7.649)	(9.481)	(11.283)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	540.531	(56.606)	(70.631)	(84.607)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	264.275	(46.204)	(57.716)	(69.214)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	137.277	(15.419)	(19.255)	(23.084)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses	Abril de 2018	157.153	(5.945)	(6.396)	(6.846)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Abril de 2018	182.104	(27.374)	(34.323)	(41.314)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses	Abril de 2018	(157.331)	6.270	6.801	7.332
Aplicação financeira (MenkarII)	Diminuição do CDI <sup>(5)</sup>		252.570	29.782	37.214	44.641
<b>Total do efeito de ganho ou (perda)</b>				<b>(242.026)</b>	<b>(299.296)</b>	<b>(356.380)</b>
As taxas de juros consideradas foram <sup>(1)</sup> :						
			CDI <sup>(2)</sup>	12,13%	15,16%	18,20%
			IPC-A <sup>(3)</sup>	4,65%	5,82%	6,98%
			LIBOR 3 meses <sup>(4)</sup>	1,1496%	1,4370%	1,7243%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/03/2017, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (4) Refere-se à taxa libor de 3 meses, divulgada pela ICE (Interbank Offered Rate) em 31/03/2017;
- (5) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira; e
- (6) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/03/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

## Notas Explicativas

### 21. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

#### a. *Compromissos com o Poder Concedente*

##### Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Outorga fixa	367.492	452.297	357.221	437.010

Esses compromissos, atualizados até 31 de março de 2017, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2017	254.418	249.311
2018	113.074	107.910
	<u>367.492</u>	<u>357.221</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 84.806 sendo R\$ 73.184 em caixa e R\$ 11.622 através de encontro de contas financeiros, referente ao direito de outorga fixa (R\$ 76.342 em 31 de março de 2017, sendo R\$ 66.774 em caixa e R\$ 9.568 através de encontro de contas financeiros).

A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

##### Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita bruta mensal. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do período, foi pago ao Poder Concedente a montante de R\$ 7.644 referente ao direito de outorga variável (R\$ 7.182 em 31 de março de 2016).

#### b. *Compromissos relativos às concessões*

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

## Notas Explicativas

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Compromisso de investimento	<u>158.726</u>	<u>210.706</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

### c. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

De acordo com o Termo Aditivo Modificativo nº. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixo da Concessão, recompondo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

## 22. Demonstração do fluxo de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa nos trimestres e período de nove meses findos em 31 de março de 2017 e 2016. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Fornecedores	-	2.277
Fornecedores - partes relacionadas	3.303	-
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>3.303</u>	<u>2.277</u>
Adições ao ativo intangível	(3.303)	(2.277)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<u>(3.303)</u>	<u>(2.277)</u>

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

## 23. Evento subsequente

### Dividendos

Em 26 de abril de 2017, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos do exercício de 2016 no montante de R\$ 134.750, correspondente a R\$ 0,77 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de abril de 2017.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da,  
Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 3 de março de 2017 sem modificação e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 31 de março de 2016 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 5 de maio de 2016, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

CRC 1SP141128/O-2

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2017.

Jundiaí, 10 de maio de 2017.

**SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS**

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

**SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA**

Diretor Operacional

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2017.

Jundiaí, 10 de maio de 2017.

SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional